

**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**Cap Cav Vítor de Mendonça Arcuri**

**A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE CORREDORES  
HUMANITÁRIOS: O EMPREGO DAS FONTES HUMANAS NAS OPERAÇÕES DE  
CORREDORES HUMANITÁRIOS**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Cap Cav Vítor de Mendonça Arcuri**

**A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE CORREDORES HUMANITÁRIOS: O EMPREGO DAS FONTES HUMANAS NAS OPERAÇÕES DE CORREDORES HUMANITÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Doutrina Militar Terrestre.

**Orientador: Cap Cav Thiago de Souza Gonçalves**

**Rio de Janeiro**

**2021**

**Cap Cav Vítor de Mendonça Arcuri**

**A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE CORREDORES HUMANITÁRIOS: O EMPREGO DAS FONTES HUMANAS NAS OPERAÇÕES DE CORREDORES HUMANITÁRIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Doutrina Militar Terrestre.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

---

DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS – Ten Cel  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército  
Presidente

---

THIAGO DE SOUZA GONÇALVES – Cap  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército  
1º Membro

---

LAMONIE LEMOS SAURIM – Cap  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército  
2º Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que me apoiaram na confecção deste trabalho, em especial ao meu orientador, Cap Gonçalves, pela paciência e orientação oportuna.

## RESUMO

Ao longo da história, os conflitos entre povos e nações evoluíram junto a humanidade. A revolução tecnológica fez com que o fluxo de informações, principalmente sobre um conflito tenha proporções de nível mundial. Sendo assim, as preocupações relativas ao aspecto humano, principalmente entre não-combatentes não puderam mais ser ignoradas. Neste contexto, a criação das Nações Unidas (ONU) e do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) buscaram estabelecer normas e comportamentos para a condução da guerra, buscando a proteção de combatentes e não-combatentes. O fenômeno da urbanização populacional fez com que os conflitos, ao longo do século XX, se transformassem e cada vez mais o número de civis afetados pelos conflitos urbanos aumentasse. Dessa forma, a ONU, buscando proteger as populações vítimas de atos contra humanidade criou os Corredores Humanitários (CH), como forma de garantir passagem e/ou ajuda humanitária para os refugiados desses conflitos. Devidos peculiaridades da implementação de um Corredor Humanitário, a busca por informações oportunas e precisas para sua condução e monitoramento faz com que a Função de Combate Inteligência utilize de todas as suas capacidades e meios para o aprimoramento da consciência situacional e para melhor subsidiar o processo decisório. As demandas particulares desse tipo de operação culminaram no desenvolvimento de diversos produtos doutrinários que normatizaram o emprego da EB em Op PAZ, porém não foi produzido nenhum produto específico para o emprego da Inteligência de Fontes Humanas nesse tipo de operação, de forma que suas possibilidades fossem maximizadas respeitando suas limitações. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a aplicabilidade do emprego das Fontes Humanas em Op CH e apresentar possíveis possibilidades e limitações nestas operações. Esta pesquisa realizou uma pesquisa documental, em fontes nacionais e estrangeiras, além de aplicar uma entrevista em militares que participaram da Op Acolhida, operação conduzida pelo Exército Brasileiro para acolher os refugiados na fronteira com a Venezuela. Os resultados obtidos permitiram a melhor compreensão do assunto para que, se necessário, sejam realizadas adequações futuras para esse tipo de operação.

Palavras-chave: Função de Combate Inteligência, Inteligência, Fontes Humanas, Corredor Humanitário.

## **ABSTRACT**

Throughout history, conflicts between peoples and nations have evolved along with humanity. The technological revolution has made the flow of information, especially about a conflict, to world-class proportions. Thus, concerns regarding the human aspect, especially among non-combatants, could no longer be ignored. In this context, the creation of the United Nations (UN) and the International Law of Armed Conflicts (DICA) sought to establish norms and behaviors for the conduct of war, seeking the protection of combatants and non-combatants. The phenomenon of population urbanization made conflicts, throughout the 20th century, transform and increasingly the number of civilians affected by urban conflicts increased. Thus, the UN, seeking to protect the populations victims of acts against humanity, created the Humanitarian Corridors (CH), as a way to guarantee passage and/or humanitarian aid for refugees from these conflicts. Due to the peculiarities of the implementation of a Humanitarian Corridor, the search for timely and accurate information for its conduct and monitoring makes the Intelligence Combat Function use all its capabilities and means to improve situational awareness and to better support the decision-making process. The particular demands of this type of operation culminated in the development of several doctrinal products that regulated the use of EB in Op PAZ, but no specific product was produced for the use of Human Sources Intelligence in this type of operation, so that its possibilities were maximized while respecting their limitations. The main objective of this work is to analyze the applicability of using Human Sources in Op CH and to present possible possibilities and limitations in these operations. This research carried out documentary research, in national and foreign sources, in addition to applying an interview with military personnel who participated in Op Acolhida, an operation conducted by the Brazilian Army to receive refugees on the border with Venezuela. The results obtained allowed for a better understanding of the subject so that, if necessary, future adjustments for this type of operation can be carried out.

**Keywords:** Intelligence Combat Function, Intel Human Sources, Humanitarian Corridor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O Ciclo de Inteligência Militar.....	26
Figura 2: Atividades e Tarefas da F Cmb Intlg .....	31
Figura 3: Organograma de um BIM.....	33
Figura 4: Organograma da Cia Sns F Hum .....	33

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
1.1 PROBLEMA.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	12
1.2.1 <b>Geral</b> .....	12
1.2.2 <b>Específicos</b> .....	12
1.3 QUESTÕES DE ESTUDO.....	13
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	15
2.1 QUESTÕES FORMAIS DE ESTUDO.....	15
2.2 AMOSTRA.....	16
2.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	16
2.4 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DA LITERATURA.....	17
2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.5.1 <b>Instrumentos</b> .....	18
2.5.2 <b>Análise de dados</b> .....	18
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	18
3.1 O CORREDOR HUMANITÁRIO (CH).....	18
3.2 A CRISE NA VENEZUELA E A “EXPERIÊNCIA BRASILEIRA”.....	20
3.3 A INTELIGÊNCIA MILITAR.....	23
3.4 A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA.....	24
3.5 AS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO.....	25
3.6 O CICLO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR.....	26
3.6.1 <b>Fase da Orientação</b> .....	26
3.6.2 <b>Fase de Obtenção</b> .....	27
3.6.3 <b>Fase da Produção</b> .....	27
3.6.4 <b>Fase da Difusão</b> .....	28
3.7 AS ATIVIDADES E TAREFAS DA FUNÇÃO DE COMBATE	28

INTELIGÊNCIA (F CMB INTLG).....	28
<b>3.7.1 Produção continuada do conhecimento em apoio ao planejamento da força</b>	28
<b>3.7.2 Apoio à obtenção de consciência situacional</b>	29
<b>3.7.3 Execução de Ações de IRVA</b>	29
<b>3.7.4 Apoio na obtenção da superioridade de informações</b>	30
<b>3.7.5 Apoio na busca de ameaças</b>	30
<b>3.8 AS FONTES HUMANAS.....</b>	31
<b>3.8.1 Batalhão de Inteligência Militar (BIM)</b>	32
<b>3.8.2 Companhia de Sensores de Fontes Humanas</b>	33
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	34
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES.....</b>	38
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	39
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O CAP ÂNGELO EDUARDO ALEM FILHO.....;</b>	42

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a guerra desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade até os dias atuais. Sendo assim, a guerra vem sendo estudada e aprimorada, permeando os campos militar, histórico e filosófico. O Estado de Guerra de Thomas Hobbes apresenta uma visão pessimista da condição humana. Apesar de Hobbes utilizar a guerra como uma metáfora para uma sensação permanente de insegurança, a história prova que a insegurança sempre esteve presente em nosso mundo.

A evolução da guerra acompanhou a evolução da humanidade, sendo assim, seu estudo e aprimoramento aliado com a revolução técnico-informacional, fez com que diversos aspectos antes ignorados fossem alvo de preocupação não só pelas partes em conflitos, como principalmente da opinião pública, fator cada vez mais importante na condução de qualquer operação militar atualmente.

Em 1864, na Primeira Convenção de Genebra, na Suíça, surgiu o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) como forma de disciplinar a proteção de vítimas de conflitos armados, sejam elas combatentes ou não-combatentes. Em seguida, em resposta aos horrores presenciados na Segunda Guerra Mundial, ocorreu em 1948, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivo de promover a paz entre os povos e fortalecer os conceitos de direitos humanos.

Apesar disso, os conflitos e o emprego da violência continuaram em larga escala, a difícil relação entre as forças envolvidas e as organizações mediadoras faz com os direitos humanos sigam sendo violados. Segundo a Anistia Internacional, a ONU se tornou refém das grandes potências, onde em 98 países do mundo há torturas e maus tratos, 30 países devolvem refugiados às nações de origem e 18 países são palcos de crimes de guerra, e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) usam seu poder de veto para impedir ações que visam acabar com os crimes de guerra e contra a humanidade (FERNANDES, 2016).

A questão humanitária evoluiu juntamente com a arte guerra no século XX, o grande aumento populacional aliado a migração da guerra para o ambiente urbano fez com que o número de vítimas afetadas pelos conflitos aumentasse, gerando uma maior preocupação para a proteção desses civis.

Como forma, de garantir a passagem segura de ajuda humanitária e/ou refugiados de guerra, a ONU pode criar um Corredor Humanitário (CH), uma zona desmilitarizada temporária que tem como objetivo permitir a passagem segura de ajuda humanitária ou de refugiados fora de uma região de crise.

Os CH representaram uma grande evolução na proteção dos direitos civis, porém, ainda existe o problema migratório no estabelecimento desses CH, principalmente para os países que receberam esses civis. Além da adaptação de infraestrutura, faz-se necessário um controle na identificação dos civis que estão atravessando o CH, tudo isso, sem a presença de tropas militares.

Nesse contexto, pode-se observar a necessidade de integração entre os conhecimentos e informações para que uma Operação de Corredor Humanitário tenha êxito em sua principal função, a proteção dos civis vítimas de um conflito. A busca por essas informações deve ser constante e precisa, devendo ser compartilhada entre os envolvidos visando a diminuição do efeito colateral e dos danos desse conflito.

Dessa forma, faz necessária a realização de atividades de inteligência. A própria ONU, negligenciou as atividades de inteligência em suas operações de paz, durante o período da Guerra Fria, por razões políticas e tecnológicas, em uma tentativa de não ferir o princípio da imparcialidade de um órgão de segurança internacional. Porém, a partir do ano 2000, a ONU passou a reconhecer a fundamental importância das atividades de inteligência, de acordo com diversos relatórios, como o relatório *A More Secure World: Our Shared Responsibility*, resultante do Painel sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, de 2004.

Com o reconhecimento da própria ONU da importância das atividades de inteligência em suas operações pode ser identificado com uma sinalização para os seus países membros para o aperfeiçoamento e aprimoramento na condução dessas atividades, com o objetivo de coletar o máximo de informações na busca de uma melhor execução das operações e em uma melhor capacidade de assessoramento ao processo decisório.

Conforme o Manual de Lista de Tarefas Funcionais (EB70-MC-10.341):

A Função de Combate Inteligência tem a capacidade de extrair informações de cenários rarefeitos e com, devida integração com outros dados disponíveis, produzir conhecimentos de significativo valor para o decisor, com oportunidade de utilização em prol da operação (BRASIL, 2016, p. 4-1).

Dentre as capacidades da Função de Combate Inteligência, a Inteligência Militar Terrestre possui as Fontes Humanas, que é definida de acordo com o Manual de Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107), como

[...] a Inteligência que provêm dados e informações obtidas por fontes humanas, essas fontes podem ser amigas, neutras ou hostis, podendo ser prisioneiros de guerra, refugiados, deslocados, população local, forças próprias ou amigas e membros de instituições governamentais ou organizações de qualquer tipo (BRASIL, 2015, p. 3-1).

Portanto, é possível notar que entre as diversas formas de emprego da Função de Combate Inteligência, o emprego das fontes humanas é prejudicado pelas características do CH, tendo em vista, a operação de um Corredor Humanitária ser realizada em conjunto entre o governo local com órgãos internacionais. Apesar da integração dos sistemas de informação civis e militares, o esforço de busca é dificultado devido as características especiais desse tipo de operação.

Sendo assim, o tema torna-se sensível na medida em que a Função de Combate Inteligência, na condução de operações militares deve manter a produção contínua de conhecimento ao planejamento da força empregada, realizando o apoio para a obtenção da consciência situacional, intimamente ligada à proteção humanitária.

## 1.1 PROBLEMA

Para a realização da Produção do Conhecimento de Inteligência é necessária a utilização de uma metodologia (EB-70-MT-10.401,2019, pag. 3-1), com o objetivo de construir um suporte para o analista de dados realize a construção do conhecimento para o apoio à decisão.

A Fase de Obtenção do Conhecimento, segunda fase do Ciclo de Produção do Conhecimento, é realizada a exploração de todas as fontes de dados e informações pelos órgãos de obtenção e na entrega do material obtido aos órgãos de análise, encarregados de sua transformação em conhecimentos de inteligência.

Dessa forma, para atender as Necessidades de Inteligência e com objetivo de manter o Ciclo de Produção do Conhecimento, será empregado as todas as

disciplinas de Inteligência, incluindo a disciplina das Fontes Humanas.

Conforme já citado, a questão humanitária é o fator determinante para o estabelecimento de uma Operação de Corredor Humanitário, gerando implicações em seu planejamento e ações, tendo em visto que para o seu estabelecimento deve haver vítimas de violações de direitos humanos oriundas de um conflito. Além disso, o estabelecimento de um CH também reflete em consequências para as forças em conflito e para o país ou países envolvidos.

Face o exposto, surge a demanda de uma apreciação e revisão de “qual a aplicabilidade do emprego das Fontes Humanas, como parte do esforço de busca, para responder as Necessidades de Inteligência de uma Operação de Corredor Humanitário?”.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho pretende verificar a aplicabilidade dos métodos de emprego das Fontes Humanas da Inteligência Militar Terrestre, para atender as Necessidades de Inteligência de uma Operação de Corredor Humanitário.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de atingir o objetivo geral do trabalho, os seguintes objetivos específicos foram formulados:

a) Apontar as características de Operações de Corredor Humanitário já realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU);

b) Descrever a Inteligência Militar Terrestre;

c) Identificar as Estrutura do Sistema de Inteligência do Exército;

- d) Identificar o Ciclo da Atividade de Inteligência Militar;
- e) Identificar as principais atividades da Função de Combate Inteligência;
- f) Identificar as principais atividades das Fontes Humanas; e
- g) Analisar a aplicabilidade do emprego das Fontes Humanas da Inteligência Militar de uma Operação de Corredor Humanitário.

### 1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

- a) Quais são as principais características e peculiaridades da Operação de Corredor Humanitário?
- b) O que é a Inteligência Militar Terrestre?
- c) Quais são as Estrutura do Sistema de Inteligência do Exército?
- d) O que é o Ciclo da Atividade de Inteligência Militar?
- e) Quais são as principais atividades da Função de Combate Inteligência?
- f) Quais são as principais atividades realizadas pelas Fontes Humanas?
- g) Como empregar as Fontes Humanas em uma Operação de Corredores Humanitários

### 1.4 JUSTIFICATIVAS

Em meio à aceleração de fenômenos de transnacionalização e demais processos de globalização, a multiplicação de conflitos distintos de caráter distinto daquele que define a guerra entre Estados modernos – as novas guerras estabelecem um novo padrão de conflitos transnacionais (SALEM MIKLOS, MANOELA, 2012, p. 2).

Dessa forma, a urbanização da população causou uma transformação na guerra, antes realizadas em áreas rurais, e atualmente cada vez mais os conflitos são travados em áreas urbanas. Nessa transição, é possível identificar a população civil como principal diferença nas operações militares dentro desses ambientes operacionais.

A preocupação com a população civil fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Corredores Humanitários (CH), como forma de prestar

à ajuda necessária e/ou realizar a evacuação de não-combatentes da área de conflito.

O Manual de Operações do Exército Brasileiro (EB70-MC-10.223) lista como uma Operação Complementar, a Operação de Evacuação de Não Combatentes (Op Ev N Cmb), e a define como

Operação conduzida pela Ministério da Defesa para evacuação de não combatentes, preferencialmente brasileiros, impossibilitados de prover adequadamente sua autodefesa, fora do território nacional, de seus locais no país anfitrião para um local de destino seguro (LDS) (BRASIL, 2017, p. 4-10).

Dessa forma, o Exército Brasileiro concomitante com a Organização das Nações Unidas (ONU), demonstra a importância desse tipo de operação, porém, é citado ainda que

[...] as Op Ev N Cmb necessitam de um planejamento peculiar e possuem uma terminologia própria, relacionada ao Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), no que se refere ao fluxo dos evacuados, em situações que podem ou não contar com a colaboração ou autorização do país da origem (BRASIL, 2017, p. 4-8).

Dessa forma, a não exploração das peculiaridades e necessidades de uma Operação de Corredor Humanitário ou em uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes, de acordo com a terminologia oficial do Exército Brasileiro, faz com que os processos de preparação e planejamento tenham que ser estabelecidos em cada operação sem uma direção doutrinária.

Sendo assim, a Função de Combate Inteligência empregada nesse tipo de operação, tem papel fundamental na integração das outras funções de combate, na condução do processo decisório e no emprego de suas capacidades para atender as peculiaridades dessa operação.

Dentre essas capacidades, o emprego da Inteligência de Fontes Humanas é dificultado tendo em vista principalmente os diversos atores envolvidos em uma Operação de CH. No Manual EB20-MF-10.107, Inteligência Militar Terrestre, é definido que

A Companhia de Fontes Humanas do Batalhão de Inteligência Militar (BIM), no nível tático, é a estrutura responsável por coordenar e gerenciar as atividades de HUMINT com a finalidade de maximizar a utilização dos meios dessa disciplina de Inteligência (BRASIL, 2015, p. 3-1 e 3-2).

Em consonância com a visão das Nações Unidas (ONU) e diante do cenário dos conflitos atuais na questão de proteção e/ou evacuação de não-combatentes, surge como ponto crucial para a atualização de doutrina de emprego relativo a esse tipo de operação, principalmente em no emprego das Fontes Humanas nesse tipo de operação.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 QUESTÕES FORMAIS DE ESTUDO

O estudo em questão tem por finalidade identificar as formas de emprego da disciplina das Fontes Humanas, da Função de Combate Inteligência, em uma Operação de Corredor Humanitário.

As seguintes variáveis foram delimitadas:

**Variável I (x):** O emprego de Operadores de Fontes Humanas no contexto de uma Operação de Corredor Humanitário. (Variável independente)

Visa a explorar o emprego de Operadores de Fontes Humanas em operações específicas. Serão analisados os seguintes indicadores: emprego dos operadores, possibilidades e limitações, principais características atinentes a esse tipo de operação.

**Variável II (y):** O impacto que as Necessidades de Inteligência em uma causam no emprego de Operadores de Fontes Humanas no contexto de uma Operação de Corredor Humanitário. (Variável Dependente)

Serão analisados os indicadores da variável y, e sua relação com a variável independente (x), suas implicações e outros aspectos de interesse dessa interação.

## 2.2 AMOSTRA

O universo vai ser representado por Operadores de Fontes Humanas que participaram da Operação Acolhida, operação do Exército Brasileiro, desde fevereiro de 2018, que visa proteger os venezuelanos que atravessam a fronteira, prestando auxílio humanitário aos imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade, refugiados da crise política, institucional e socioeconômica que acomete a Venezuela. Apesar de não ter sido estabelecido um CH na fronteira com o Brasil, foi aberto um CH na fronteira com a Colômbia, existindo semelhança entre as operações. O critério de amostragem é ter participado da Operação Acolhida na função de Operador de Fontes Humanas.

A amostra (n) será representada pelo S Cmt do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Bda Inf SI, responsável pela operação. A amostra é representativa da população uma vez que tem as mesmas características básicas desta no que tange às variáveis a serem pesquisadas.

O corte cronológico compreenderá o período de 2018 até 2020. As técnicas da pesquisa serão: em um primeiro momento, as pesquisas documental e bibliográfica, e na pesquisa de campo utilizar-se-á a entrevista como instrumentos de medição.

## 2.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza, será uma pesquisa será descritiva, com uma abordagem qualitativa. A forma de abordagem será uma pesquisa qualitativa, pois considera-se que há vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o que não pode ser traduzido em números.

O método de abordagem será o dedutivo, pois parte de um estudo generalizado em direção a uma particularização. Ou seja, os resultados apresentados na pesquisa podem ser aplicados apenas em Operações de Corredores Humanitários. No que tange ao objetivo geral, será, em sua maioria, uma pesquisa descritiva, uma vez que se procura descrever e analisar o objeto de estudo

e seus impactos nas operações citadas e, em outros momentos, exploratória, pois não há todas as informações disponíveis na literatura acerca do emprego de Operadores de Fontes Humanas em Operações de Corredor Humanitário. Portanto, o trabalho de campo contribuiu para identificar essas peculiaridades.

## 2.4 PROCEDIMENTOS PARA A REVISÃO DA LITERATURA

As ações de busca de dados centrar-se-ão nas pesquisas documentais e bibliográficas. As fontes de busca são manuais das Forças Armadas (FA); monografias de concludentes da EsAO, ECEME e bibliográficas acadêmicas em geral acerca do assunto. As estratégias de busca terão foco no site da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército, no site do Centro de Doutrina do Exército (CDoutEx) e em trabalhos acadêmicas acerca do tema de concludentes de pós-graduação e mestrado nas instituições de ensino nacional ou internacional.

## 2.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ações executadas até a coleta de dados, as fontes de dados e as estratégias adotadas para o item 2.3.1 acima, serão complementadas pela realização de entrevistas com o grupo foco do estudo, sendo assim, focadas nas pesquisas documental e bibliográficas, e pesquisa de campo.

Os critérios de inclusão serão: para a parte documental, os critérios já citados acima. Na aplicação do instrumento, será o universo de amostra abordado, composto por 1 (um) Operador de Fontes Humanas que participou da Operação Acolhida entre os anos de 2018 a 2020, possuidor do Curso Básico de Inteligência, aplicado pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx).

Os critérios de exclusão serão: na coleta de documentos, os conteúdos de fontes não confiáveis.

### 2.5.1 Instrumentos

Serão empregados a coleta documental (fichamento), para à obtenção de dados, na fase que antecedente à pesquisa de campo, fornecida pela EsIMEx, CIE, 1ª Bda Inf SI, e outras fontes, previstas em 2.3.1, para aprofundar o objeto formal do estudo. Em seguida será realizada a entrevista da amostra. A entrevista se faz necessária para o trabalho em questão, pois, possibilita a coleta de informações mais objetivas e permite captar a subjetividade, principalmente em opiniões, além de oferecer ao pesquisador maior flexibilidade, com intervenções pontuais ao longo de sua execução.

Semi- estruturada – existe um roteiro simples, permitindo que entrevistador fazer indagações livremente de acordo com o desenrolar da entrevista.

### 2.5.2 Análise de dados

Quanto à análise, a interpretação será feita por meio da verificação das interações entre as variáveis “x” e “y”, identificando conhecimentos sobre as limitações (y1 e y2). A interpretação encontrará o real significado dos resultados obtidos frente aos objetivos propostos. A análise estabelecerá a relação entre os dados objetivos e as hipóteses visando o aprofundamento do conhecimento.

## 3 REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1 O CORREDOR HUMANITÁRIO (CH)

O corredor humanitário (CH) é um tipo de zona desmilitarizada temporária destinada a permitir a passagem segura de ajuda humanitária e/ou refugiados fora de uma região em crise. Tal corredor também pode ser associado a uma zona de

exclusão aérea ou zona de exclusão de movimentação. Na prática os corredores humanitários também têm sido sugeridos como um meio de fornecer armas a uma força sitiada. A criação do CH corresponde, assim, a uma necessidade fundamental: garantir as condições para que as vítimas dos conflitos armados recebam o socorro esperado, assim como não se distancie de foco o princípio da dignidade da pessoa humana. (FERNANDES, 2016)

Mario Bettati, apresenta três tipos de CH: a) os corredores de acesso, que favorecem a chegada do socorro às populações necessitadas (conforme Resolução do Conselho de Segurança nº 893/1994); b) os corredores de evacuação, que permitem a fuga das pessoas em situação de perigo iminente (conforme Resolução do Conselho de Segurança nº 954/1994); c) os Capítulo III – Bernard Kouchner: Uma nova abordagem do Direito Internacional Humanitário 89 corredores de retorno, que possibilitam o regresso dos refugiados. Cada qual possui regime jurídico, formalidades administrativas e especificidades logísticas diferentes, realizando-se por via marítima, fluvial ou aérea. (FERNANDES, 2016)

A base legal para a criação do CH pode ser observada na Resolução nº 45/100 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de 14 de dezembro de 1990, que funciona aqui como paradigma, já que existiram outras resoluções deste gênero, conforme a Resolução nº43/131, de 8 de dezembro de 1988, da AGNU. Ademais, idênticas previsões ocorreram nos anos subsequentes, em numerosas resoluções do Conselho de Segurança, conferindo-lhe natureza jurídica incontestável. (FERNANDES, 2016)

Os Corredores Humanitários representam uma grande evolução na proteção dos direitos civis. A única maneira de evitar tal calamidade e a cessação das hostilidades em uma parte do território, dentro do qual a assistência humanitária possa circular, em particular, o fornecimento de alimentos, medicamentos ou cuidados de saúde, para o acesso às vítimas proporcionar alívio rápido e essencial, inibindo assim um trágico aumento do número de vítimas, assim como, permitindo a livre circulação pelo território de determinado Estado para alcançar seu destino final. (AMARAL JÚNIOR, 2012).

Apesar disso, os conflitos e o emprego da violência continuaram em larga escala, a difícil relação entre as forças envolvidas e as organizações mediadoras faz com os direitos humanos sigam sendo violados. Como citado anteriormente, em 98 países do mundo há torturas e maus tratos, 30 países devolvem refugiados às

nações de origem e 18 países são palcos de crimes de guerra, e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) usam seu poder de veto para impedir ações que visam acabar com os crimes de guerra e contra a humanidade, números que indicam a dificuldade nas relações entre as partes envolvidas.

Um dos problemas enfrentados pelas Nações Unidas no estabelecimento de um CH, uma condição necessária para a sua criação é que as partes no conflito consistam na cessão ao direito de acesso às vítimas. Por isso, as evoluções das resoluções da ONU tratam os corredores humanitários com um carácter obrigatório e não facultativo. (NHANOMBE, 2018)

Segundo Portela e Viera, “A partir de 1990, a prática do Conselho de Segurança consolida gradualmente a ingerência através a adoção de resoluções nas quais o carácter obrigatório do livre acesso às vítimas é martelado. Um número considerável de resoluções do Conselho de Segurança, respeitantes ao livre acesso às vítimas, foi adotado a partir de 1991: a guerra do golfo, os conflitos na Libériaão em Angola, na Geórgia, em Moçambique, no Yémen, na Somália, no Anto Karabakh, em Ruanda, na guerra na ex-Jugoslávia”. (Portela e Vieira, 2016)

### 3.2 A CRISE NA VENEZUELA E A “EXPERIÊNCIA BRASILEIRA”

A grave crise político-econômica na Venezuela, resultantes principalmente de um desequilíbrio entre os três poderes e da grande queda do preço do petróleo no mercado internacional afetou significativamente a população do país. País que no início do século XX, apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que seus países vizinhos na América do Sul.

A crise venezuelana teve seu início durante o governo de Hugo Chávez, o qual esteve no comando da Venezuela por 14 anos, entre os anos de 1999 e 2013.

Com a morte de Hugo Chávez em 2013, seu vice-presidente, Nicolas Maduro, assumiu a presidência interinamente e convocou novas eleições. Foi eleito para um mandato de seis anos. Em maio de 2018, foi reeleito em uma eleição geral permeada por denúncias de fraude. A legitimidade do pleito foi questionada tanto pela oposição venezuelana quanto pela comunidade internacional. Desde então,

surgiu um forte movimento por novas eleições. (EXAME, 2017).

Essa crise teve origem a partir de políticas públicas equivocadas do governo socialista de Hugo Chávez, o qual utilizava-se de políticas populistas, social e assistencialista. O país dependia, quase que exclusivamente, da venda do petróleo e importava as demais mercadorias. Com a desvalorização do preço desse recurso energético no mercado internacional, a Venezuela mergulhou numa grande crise econômica. De fato, esse foi o fator primordial para a piora da crise, mas outros fatores contribuíram para tal colapso, que foram caracterizados pela corrupção política, escassez de diversos produtos básicos, fechamento de empresas e degradação da produtividade e da concorrência. (RAMIRO, 2018).

Dentre as várias consequências geradas por essa crise, podemos citar a elevada inflação e a alta taxa de desemprego, o que provocou uma saída em massa de venezuelanos para diversos países, dentre os quais estão os EUA, Colômbia, Peru e Brasil.

Até o ano de 2015, a migração venezuelana para o Brasil não apresentava números significativos. A partir desse ano, o Brasil passou a receber um fluxo maior de imigrantes vindos da Venezuela, atingindo seu ápice no ano de 2017, com a entrada de mais de vinte mil refugiados no país. Esse maior movimento de entrada no país fez com que a imprensa e autoridades públicas classificassem esse fluxo como “crise humanitária”. (SCHWINN; PORTELA, 2018)

Na Região de Pacaraima é onde ocorre a entrada da maioria dos venezuelanos, que após adentrarem em território nacional deslocam-se para Boa Vista. No entanto, o estado não estava preparado para lidar com este processo de migração desorganizado, o que se refletiu no colapso social, com diversas pessoas nas ruas pedindo dinheiro, violência, prostituição e uma série de mazelas sociais para os habitantes destas regiões. O Governo de Roraima, incapaz de lidar com tal situação, solicitou apoio ao Governo Federal (OLIVEIRA, 2018).

Um dos reflexos mais negativos da crise em pauta e que interferem nos países fronteiriços, principalmente Colômbia e Brasil, é o aumento significativo de venezuelanos que fogem da fome e da violência. Milhares de pessoas, grande parte sem recursos, atravessam as fronteiras em busca de proteção, saúde e alimento. No Estado de Roraima, a situação chegou a tal ponto que extrapolou sua capacidade de atender, com dignidade, os refugiados. Os reflexos negativos nas áreas de saúde, educação e segurança pública motivaram o Governo federal brasileiro a adotar medidas para resolver a situação, fato inédito na história do Brasil (SOUSA, 2018, p. 15).

Para isso, em 2018, foi criada a Força Tarefa Logística e Humanitária Operação Acolhida, a cargo do Ministério da Defesa, e particularmente sob coordenação do Exército Brasileiro, o qual recebeu a determinação do Governo Federal para coordenar e, principalmente, liderar a operação desencadeada pelo Estado Brasileiro para mitigar os problemas advindos da entrada de migrantes venezuelanos pela fronteira do estado de Roraima com a Venezuela. (PINHO, 2019)

No estado de Roraima, a Operação Acolhida possui instalações em Boa Vista e Pacaraima, cidades nas quais recebem os imigrantes venezuelanos e os assessoram quanto a retirada de documentação para a legalização da permanência no país, e os apoios com alimentação e abrigo, nos diversos abrigos coordenados pela força tarefa.

Além de atuar na ajuda humanitária, o Exército Brasileiro tem empregado tropas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) na Operação Controle, a qual tem por objetivo aumentar a segurança e fiscalização na faixa de fronteira roraimense, intensificando a triagem e o controle dos imigrantes, direcionando-os para os centros de acolhimento e auxiliando o processo de interiorização deles no Brasil ou de retorno à Venezuela. (BRASIL, 2018b). Além de realizarem o combate aos crimes transfronteiriços, como descaminho, contrabando, tráfico de drogas e comércio ilegal de ouro.

A Operação Acolhida pode ser classificada como uma operação humanitária, conjunta e interagências. É humanitária, pois tem como finalidade principal o acolhimento de imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. É conjunta, pois envolve efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea. E é interagências, pois ocorre uma clara “interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços”, no sentido de acolher venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente (OLIVEIRA, 2018, p.6).

Apesar de não ter sido estabelecido no território brasileiro um Corredor Humanitário pelas Nações Unidas, pode-se afirmar que foi estabelecido pelo Estado Brasileiro um Corredor Migratório para os refugiados venezuelanos pudessem através da fronteira Brasil-Venezuela sair da situação de vulnerabilidade que encontravam em seu país de origem.

Outro fator de discrepância entre os dois tipos de operação é notado pela

presença dos militares no planejamento, preparação e condução da Operação Acolhida, algo que não é normal em uma Operação de CH, porém, é possível identificar uma semelhança, pois ao mesmo tempo que a Operação Acolhida possui um caráter humanitário, existiam tropas que juntamente com órgãos federais realizavam a segurança dos envolvidos na operação e dos refugiados.

Mais uma compatibilidade entre as operações pode ser evidenciada, a necessidade de uma comunicação constante entre os órgãos envolvidos, com o objetivo de produzir conhecimentos necessários para o subsidiar o processo decisório e para que o caráter humanitário das operações não seja alvo de ações de possíveis ameaças.

### 3.3 A INTELIGÊNCIA MILITAR

De acordo com o EB20-MF-10.107, Manual de Inteligência Militar Terrestre, do Exército Brasileiro, a Inteligência Militar é definida como o conjunto de atividades e tarefas técnico-militares exercidas em caráter permanente, com os objetivos de produzir conhecimentos de interesse dos comandantes e seus estados-maiores, em todos os níveis, bem como proteger conhecimentos sensíveis, instalações e pessoal do Exército Brasileiro contra ações da Inteligência oponente. (BRASIL, 2015, p. 4-1)

Em seguida, é citado que a Inteligência Militar é empregada basicamente para produzir conhecimento de interesse para o planejamento e o emprego da Força Terrestre em todo o espectro dos conflitos, particularmente em atendimento às situações definidas pela Estratégia Militar de Defesa, em operações ofensivas e defensivas. E no contexto das Operações de Amplo Espectro, atua também, em Operações de Pacificação e em Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, incluindo ações de garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias. (BRASIL, 2015, p. 4-2)

Ainda sobre o emprego da Inteligência Militar, é observado que a mesma é pautada pelos princípios de preservação da soberania nacional, da defesa do Estado Democrático de Direito e de respeito à dignidade da pessoa humana, cumprindo e preservando os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da Constituição Federal e da legislação ordinária, bem como tratados, convenções, acordos e

ajustes internacionais dos quais a República Federativa do Brasil faça parte ou seja signatária. (BRASIL, 2015, p. 4-2)

O Exército Brasileiro emprega seus meios de Inteligência Militar para atender às necessidades de conhecimento dos comandantes e seus estados-maiores nos níveis estratégico, operacional e tático. (BRASIL, 2015, p. 4-3)

Os meios de obtenção que apoiam a Inteligência no nível estratégico podem, também, obter dados que atendam as Necessidades de Inteligência dos níveis operacional e tático. Da mesma forma, estes dois últimos níveis podem cumprir missões do nível estratégico, em determinadas situações. (BRASIL, 2015, p. 4-3)

### 3.4 A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

De acordo com o EB20-MF-10.107, Manual de Inteligência Militar Terrestre, do Exército Brasileiro, a Função de Combate Inteligência é o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados e empregados para assegurar a compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno, e as considerações civis. Com base nas diretrizes dos comandantes, normalmente expressas em Necessidades de Inteligência, executa tarefas associadas às operações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA). (BRASIL, 2015, p. 4-5)

Dessa forma, as atividades e tarefas executadas subsidiam o planejamento e a condução de operações militares, além de identificar e contribuir para a neutralização de possíveis ameaças. Essas tarefas buscam orientar, obter, analisar, produzir e difundir informações claras, precisas, completas e oportunas sobre a área de operações (terreno, condições meteorológicas e considerações civis), o inimigo, ameaças ou forças oponentes. (BRASIL, 2015, p. 4-5)

### 3.5 AS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO

Conforme descrito no manual EB20-MF-10.107 (Inteligência Militar Terrestre), o SIEx compreende os órgãos e as pessoas do EB que, sob a responsabilidade dos comandantes, chefes ou diretores, estão envolvidos na execução das atividades e tarefas de Inteligência ou que estão ligados à sua regulamentação e normatização. O Sistema produz, continuamente, os conhecimentos necessários para que o EB permaneça preparado e em condições de ser empregado contra quaisquer ameaças à soberania ou à integridade do país, atuando em Operações no Amplo Espectro em atendimento às situações de emprego previstas na Constituição e na Estratégia Militar de Defesa (BRASIL, 2015, p.7-1)

A concepção do SIEx é baseada em três funções gerais, que são desenvolvidas por todos os componentes da estrutura do sistema: a obtenção, a análise e o suporte. (BRASIL, 2015, p.7-1)

Os meios de obtenção atuam no Ambiente Operacional (Amb Op) e no Espaço de Batalha, como sensores de dados sobre as ameaças e oportunidades existentes. (BRASIL, 2015, p.7-1)

Os meios de obtenção atuam no Ambiente Operacional (Amb Op) e no Espaço de Batalha, como sensores de dados sobre as ameaças e oportunidades existentes. (BRASIL, 2015, p.7-1)

Os meios de suporte permitem a ligação dos meios de obtenção com os de análise, empregando a Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC). Também fornecem insumos tecnológicos para a otimização das ações de ambos, seja por ferramentas de análise, seja por sistemas de gestão de banco de dados. (BRASIL, 2015, p.7-2)

Outra tarefa importante dos meios de suporte é realizar a interação com os usuários que utilizam os conhecimentos produzidos nas estruturas de Inteligência. (BRASIL, 2015, p.7-2)

### 3.6 O CICLO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR



Figura 1: O Ciclo de Inteligência Militar  
Fonte: Brasil (2015)

O Ciclo de Inteligência Militar é definido como uma sequência ordenada de atividades, segundo a qual dados são obtidos e conhecimentos são produzidos e colocados à disposição dos usuários de forma racional. Este faseamento é cíclico, compreendendo a orientação, a obtenção, a produção e a difusão para o comandante e seu estado-maior e para outros decisores. (BRASIL, 2015, p. 6-1)

A figura 1 representa um esboço com as diversas fases do ciclo de inteligência. Essas fases, mesmo com suas diferenças, podem ocorrer simultaneamente e coincidem com o desenvolvimento do processo.

#### 3.6.1 Fase da Orientação

Na fase de orientação, são definidas as ameaças e estabelecidas as diretrizes para o planejamento e a execução das atividades e tarefas relacionadas à Inteligência. A orientação é de responsabilidade dos comandantes, que definem e

priorizam as Necessidades de Inteligência em função da missão. Para tal, eles são assessorados pelos chefes das Seções de Inteligências de seus Estados-Maiores. (BRASIL, 2015, p. 6-2)

### **3.6.2 Fase de Obtenção**

Nesta fase, são obtidos dados, informações e conhecimentos que servirão de matéria prima para a etapa da produção, por meio do planejamento e emprego dos meios especializados ou não (pessoal e material). (BRASIL, 2015, p. 6-2)

Nesta fase, são executadas tarefas inerentes às operações militares, tais como:

- a) Vigilância e reconhecimento (terrestre, naval e aéreo);
- b) Patrulhas de qualquer tipo;
- c) Ações de combate;
- d) Entrevistas do pessoal que participa, diretamente ou indiretamente, do esforço de combate;
- e) Exame e análise de documentos e materiais;
- f) Interpretação de imagens fotográficas e satelitais;
- g) Exploração de espectro eletromagnético e do ambiente cibernético;
- h) Observação e escuta (sensores); e
- i) Busca de alvos (especialmente por radares e sensores).

### **3.6.3 Fase da Produção**

Na fase da produção, os dados, informações e conhecimentos obtidos são convertidos em novos conhecimentos de inteligência, para responder as Necessidades de Inteligência dos usuários do sistema (BRASIL, 2015, p. 6-4).

A produção compreende três etapas: análise e síntese (incluindo a integração), interpretação e formalização. Na fase da produção do conhecimento, o Ciclo de Inteligência é continuamente executado. A cada nova necessidade, novas

ordens são expedidas às seções de Inteligência dos elementos de emprego. (BRASIL, 2015, p. 6-4).

#### **3.6.4 Fase da Difusão**

Na fase da difusão, são divulgados os conhecimentos resultantes para o comandante, órgão ou escalão que o solicitou e, ainda, mediante ordem, para quem tal conhecimento possa interessar ou ser útil. (BRASIL, 2015, p. 6-5)

### **3.7 AS ATIVIDADES E TAREFAS DA FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA (F CMB INTLG)**

De acordo com o EB20-MC-10.207, Inteligência, do Exército Brasileiro, o conceito de atividades está diretamente ligado ao conceito de missões sob a égide da Inteligência que deverão ser desencadeadas para que o apoio ao processo decisório, em qualquer cenário de emprego militar, seja pleno. (BRASIL, 2015, p.2-2)

De igual forma, as tarefas representam as ações a serem executadas para que os papéis preditivo e preventivo sejam efetivados pela Inteligência (BRASIL, 2015, p. 2-2).

#### **3.7.1 Produção continuada do conhecimento em apoio ao planejamento da força**

Atividade que representa o caráter dinâmico e integrado desempenhado pela Função de Combate Inteligência, caracterizado pela condução de operações sistemáticas, preparação e especialização de pessoal, interação com agências parceiras, obtenção atualizada de dados e a definição de apoio possível para o escalão considerado. (BRASIL, 2015, p. 2-3)

Tarefas a serem executadas:

- a) Prover prontidão de Inteligência;
- b) Estabelecer a arquitetura de Inteligência;
- c) Configurar os meios de inteligência para o atendimento às necessidades de análise da missão;
- d) Obter dados e informações que alimentem o processo de integração; e
- e) Gerar conhecimentos de inteligência.

### **3.7.2 Apoio à obtenção de consciência situacional**

Essa atividade define a amplitude do trabalho de inteligência, caracterizando o ambiente operacional, o inimigo, bem como determinando os efeitos destes sobre as operações. (BRASIL, 2015, p. 2-3)

Tarefas a serem executadas:

- a) Processo de integração;
- b) Acompanhamento das ações em desenvolvimento; e
- c) Apoio constante para as atividades de proteção.

### **3.7.3 Execução de Ações de IRVA**

Atividade que demonstra o método praticado pelo trabalho de inteligência na detecção de alvos e designação de objetivos nas operações. (BRASIL, 2015, p. 2-3)

Tarefas a serem executadas:

- a) Sincronização das atividades de IRVA;
- b) Integração das atividades de IRVA;
- c) Condução de reconhecimentos;
- d) Condução de vigilâncias;
- e) Condução de operações de inteligência; e
- f) Proporcionar apoio na busca de alvos, utilizando sensores tecnológicos ou humanos.

### **3.7.4 Apoio na obtenção da superioridade de informações**

Atividade que é representada pelo apoio cerrado sobre as medidas de proteção planejadas para o emprego, desde as operações de informação até a avaliação dos danos que possam interferir no desempenho da tropa em operação. (BRASIL, 2015, p. 2-4)

Tarefas a serem executadas:

- a) Prover o apoio de inteligência as tarefas de informações da força terrestre;
- b) Proporcionar apoio de inteligência às atividades de avaliação das operações.

### **3.7.5 Apoio na busca de ameaças**

Atividade que caracteriza o papel preditivo e analista da Inteligência nas operações de amplo espectro. (BRASIL, 2015, p. 2-4)

Tarefas a serem executadas:

- a) Proporcionar o apoio de inteligência à busca continuada de ameaças; e
- b) Proporcionar o apoio de inteligência à detecção continuada de ameaças.

ATIVIDADE	TAREFA
<b>Produzir conhecimentos continuamente, em apoio ao planejamento da Força</b>	- Prover prontidão de Inteligência
	- Estabelecer a arquitetura de Inteligência
	- Configurar os meios de Inteligência
	- Obter dados e informações que alimentem o PITCIC
<b>Executar ações de Inteligência, Reconhecimento Vigilância, e Aquisição de Alvos (IRVA)</b>	- Gerar Conhecimentos de Inteligência
	- Executar a sincronização das ações de IRVA
	- Executar a integração de atividades IRVA
	- Conduzir Reconhecimentos
	- Conduzir Vigilância
	- Conduzir outras operações e missões relacionadas à Inteligência
<b>Apoiar a obtenção da consciência situacional</b>	- Proporcionar apoio de Inteligência à Busca de Alvos
	- Executar o processo de integração terreno-condições meteorológicas-inimigo e considerações civis (PITCIC)
	- Acompanhar o desenvolvimento da situação
	- Executar ações de Desenvolvimento da Contrainteligência em apoio à F Ter
<b>Apoiar a obtenção da Superioridade de Informações</b>	- Prover apoio de Inteligência às capacidades relacionadas às informações da F Ter
	- Proporcionar apoio de Inteligência às atividades de avaliação das operações
<b>Apoio na busca de ameaças</b>	- Proporcionar apoio de Inteligência à busca continuada de ameaças
	- Proporcionar apoio de Inteligência à detecção continuada de ameaças

Figura 2: Atividades e Tarefas da F Cmb Intlg  
Fonte: Brasil (2015)

### 3.8 AS FONTES HUMANAS

De acordo com EB20-MF-10.107, as fontes humanas são uma das disciplinas de inteligência. As disciplinas de inteligência compreendem os meios, sistemas e procedimentos utilizados para observar, explorar, armazenar, e difundir informação referente à situação, ameaças e outros fatores do entorno operativo. As disciplinas de inteligência são classificadas de acordo com a natureza da fonte ou órgão de obtenção que a explora. (BRASIL, 2015, p. 3-1)

A Inteligência de Fontes Humanas (Human Intelligence – HUMINT) é a Inteligência que provém de dados e informações obtidos por fontes humanas. Essas fontes podem ser amigas, neutras ou hostis, podendo ser prisioneiro de guerra, refugiado, deslocado, população local, forças próprias ou amigas e membro de instituições governamentais ou organizações de qualquer tipo. (BRASIL, 2015, p.3-1)

O Operador de HUMINT é a pessoa que está especialmente adestrada para obter informações de fontes humanas com a finalidade de responder às

Necessidades de Inteligência. (BRASIL, 2015, p.3-1)

Como já citado nesse trabalho, a Companhia de Sensores de Fontes Humanas do Batalhão de Inteligência Militar (BIM), no nível tático, é a estrutura responsável por coordenar e gerenciar as atividades HUMINT com a finalidade de maximizar a utilização dos meios dessa disciplina de inteligência.

### 3.8.1 Batalhão de Inteligência Militar (BIM)

Segundo o Manual EB70-MC-10.302, Batalhão de Inteligência Militar, do Exército Brasileiro, o BIM está organizado em:

- a) Comando e Estado Maior;
  - b) Companhia de Comando e Apoio (CCAp), que se destina a prestar o apoio logístico, de comunicações e administrativo ao comando do BIM e às demais subunidades;
  - c) Companhia de Análise (Cia Anl), responsável por desdobrar, em operações, a Central de Inteligência (Cent Intlg) e compor a Célula de Inteligência (Cel Intlg), em apoio à Força Terrestre Componente (FTC)
  - d) Companhia de Sensores de Fontes Humanas (Cia Sns F Hum), responsável por executar as atividades operacionais planejadas pelo comando do BIM, por meio da obtenção de dados oriundos de fontes humanas;
  - e) Companhia de Sensores de Fontes Tecnológicas (Cia Sns F Tecnl), responsável pelas atividades operacionais planejadas pelo comando do BIM, por meio da obtenção de dados oriundos de fontes de sinais, imagens ou cibernética; e
  - f) Companhia de Reconhecimento e Vigilância de Inteligência (Cia Rec e Vig Intlg), responsável por executar as atividades operacionais planejadas pelo comando do BIM, com finalidade de obter, confirmar e/ou refutar dados e informações.
- (BRASIL, 2018, p.1-1;1-2)

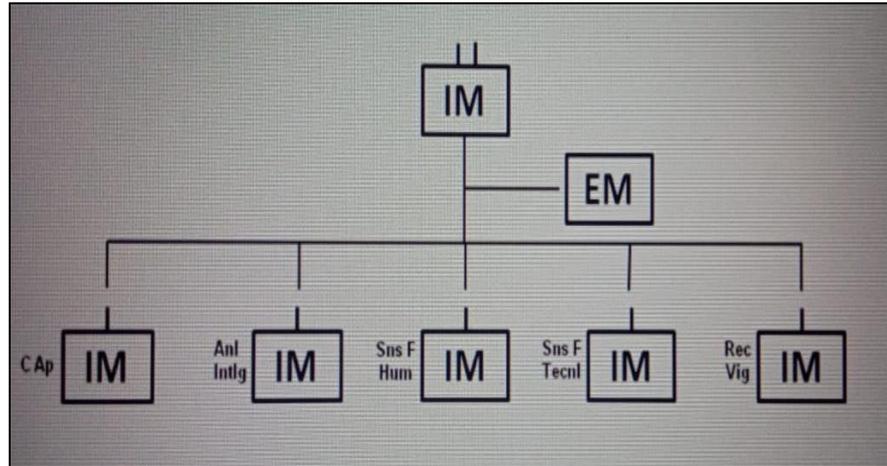


Figura 3: Organograma de um BIM  
Fonte: Brasil (2018)

### 3.8.2 Companhia de Sensores de Fontes Humanas

É organizada da seguinte forma:

- Comando da Subunidade (Cmndo);
- Seção de Comando (Seç Cmndo);
- 2 (dois) Pelotões de Operações de Inteligência (Pel Op Intlg);
- 1 (um) Pelotão de Contrainteligência (Pel C Intlg); e
- Seção de Apoio Técnico (Seç Ap Tec)

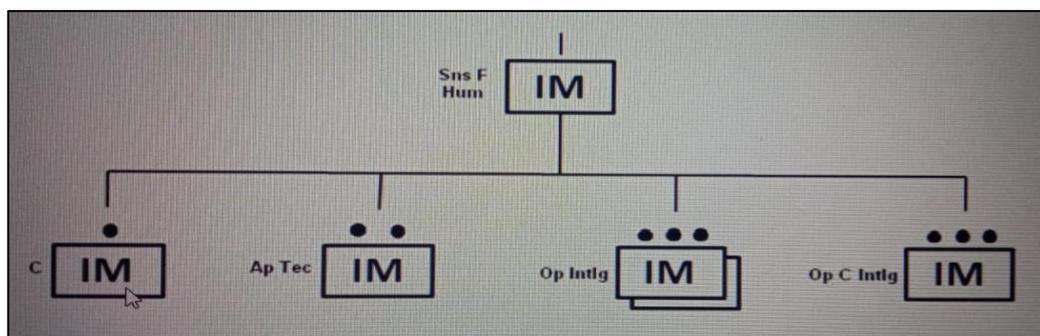


Figura 4: Organograma da Cia Sns F Hum  
Fonte: Brasil (2018)

Os Pelotões de Operações de Inteligência têm como principal atividade conduzir Operações de Inteligência na Área de Interesse da Força apoiada, na busca dos dados protegidos e conhecimentos sigilosos elencados nas Necessidades de Inteligência estabelecidas. (BRASIL, 2018, p. 4-3)

Suas principais tarefas são:

- a) Produzir conhecimentos de reduzida complexidade;
- b) Realizar ações coordenadas com Órgãos de Inteligência das demais Forças Armadas Nacionais;
- c) Realizar ações coordenadas com Órgãos de Inteligência de outras Nações;
- d) Realizar ações coordenadas com Órgãos de Inteligência de diversas agências governamentais ou não governamentais;
- e) Obter dados, a partir do emprego de técnicas operacionais especializadas;
- f) Realizar triagem de inteligência em prisioneiros de guerra, refugiados e deslocados;
- g) Obter dados, a partir de entrevistas com refugiados, deslocados, imigrantes, população local, integrantes de agências civis, forças amigas, elementos extraviados etc;
- h) Obter dados, a partir de interrogatório de prisioneiros de guerra;
- i) Empregar técnicas e procedimentos operacionais especializados;
- j) Estabelecer e operar rede de informantes, colaboradores e agentes especiais;
- l) Obter dados, a partir de ligação com outros órgãos;
- m) Vigiar áreas, instalações, materiais, equipamentos ou pessoal na área de operações;
- n) Contribuir para a aquisição de alvos;
- o) Avaliar danos físicos e psicológicos de uma operação; e
- p) Realizar reconhecimentos especializados, com a finalidade de apresentar o *briefing* de inteligência para preparação das demais frações do BIM ou de outras tropas do escalão enquadrante. (BRASIL, 2018, p. 4-3)

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

De face do exposto, é possível concluir que em uma Operação de Corredor Humanitário, a Função de Combate Inteligência deverá produzir conhecimentos nos níveis estratégico, operacional e tático, tendo em vista os diversos atores envolvidos e suas influências no contexto da operação. Os conhecimentos produzidos irão

subsidiar o processo decisório em todos os níveis.

As atividades realizadas pela Função de Combate Inteligência serão submetidas ao Ciclo de Inteligência contínuo para que os conhecimentos produzidos devem ser claros, precisos, completos e oportunos, sobre a área de operações (terreno, condições meteorológicas e considerações civis), o inimigo, ameaças ou forças oponentes.

O Pelotão de Operação de Inteligência integra o esforço de busca, na fase de obtenção do conhecimento no Ciclo de Inteligência, e identificando as tarefas executadas pelo Pelotão de Operações de Inteligência, podemos observar as diversas capacidades que essa tropa possui, e como essas capacidades podem ter ação decisiva no êxito de uma operação dessa natureza.

Apesar de produzir conhecimentos de reduzida complexidade, esses conhecimentos são produzidos em menor tempo e em larga escala. Dessa forma, quando esses conhecimentos forem submetidos ao Ciclo de Inteligência, serão integrados, juntamente com as informações já conhecidas e formarão conhecimentos de inteligência capazes de apoiar o processo decisório em todos os níveis.

A capacidade de realizar operação coordenadas com órgãos de outras Forças Armadas Nacionais, ou de outras Nações ou com agências, sejam elas governamentais ou não, é de fundamental importância tanto na Operação Acolhida, em atuação com os órgãos estaduais do Estado de Roraima, tanto com os órgãos federais, como a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal. Em uma Operação de Corredor Humanitário não será diferente, pois nessa operação está envolvida a ONU, além de órgãos de outros atores, sejam eles nacionais ou internacionais.

A realização de triagem com refugiados e deslocados pode ser aproveitada visando principalmente obter informações sobre a Operação de Corredor Humanitário, tendo em vista que normalmente em uma operação dessa natureza, é criada uma zona de exclusão onde não é permitida a atuação de militares. Sendo assim, essa triagem faz-se necessária, com objetivo de buscar informações sobre os refugiados que se deslocam, sobre atuações de ameaças nas proximidades da zona de exclusão ou do interesse de atores envolvidos em interferir de alguma forma na operação e sobre os danos físicos e psicológicos da operação.

Outra capacidade do Pel Op Intlg importante para esse tipo de operação é a capacidade de montar redes de informação, tanto utilizando os refugiados como as

agências ou órgãos que atuam durante a operação, visando maximizar a busca de dados que possam ter relevância na proteção da população deslocada como na execução da operação como um todo. Essa capacidade ainda pode ser empregada em conjunto com a capacidade de realizar vigilância tanto na área de operação quanto no pessoal envolvido na mesma, visando a confirmação e/ou refutação dos dados obtidos pela rede e na aquisição de alvos que possam se tornar ameaças para a operação.

Além disso, o Pel Op Intlg ainda possui a capacidade de realizar reconhecimento especializado em prol do comando da operação, ou do comando da força de segurança da operação.

Até o início da Operação Acolhida, os meios de Inteligência Militar eram orgânicos da 1ª Bda Inf SI, os quais mantinham-se empregados em função de ações cotidianas de interesse do Comandante (Cmt) da Brigada, ao Sistema de Inteligência do Exército (SIEEx) ou na produção de conhecimento visando dar suporte à decisão do Cmt em operações de cooperação e coordenação com agências. (BRINGEL, 2019).

No início da operação, as Fontes Humanas tinham basicamente duas principais necessidades de inteligência para o esforço de busca. Primeiramente, era necessário saber a quantidade de refugiados que diariamente se deslocava para a fronteira Venezuela-Brasil. Essa informação se fazia necessária para preparar a recepção dos refugiados em Pacaraima/RO e implicava diretamente na segunda necessidade de inteligência que era a localização de possíveis abrigos em Boa Vista/RO para alocar esses refugiados.

A capacidade de realização de reconhecimentos de área com o objetivo de encontrar os melhores lugares para a instalação desses abrigos fica evidenciada nos Operadores de Fontes Humanas e orientava o processo decisório de onde a 1ª Bda Inf SI empregaria meios para a instalação desses abrigos.

Para o monitoramento da quantidade de refugiados, foi necessário a criação de uma rede de colaboradores/informantes, pois o efetivo de Operadores de Fontes Humanas era reduzido e não se sabia exatamente como se encontrava a situação do trato com os refugiados no país vizinho. Sendo possível perceber que a capacidade de montar e operar uma rede de colaboradores/informantes foi de fundamental importância na operação.

A criação de uma rede de colaboradores/informantes proporciona uma

quantidade de informações, principalmente sobre a região de conflito, sobre as vítimas ou refugiados e sobre as consequências desse conflito que aumentam significativamente a consciência situacional e a capacidade de decisão, apesar das dificuldades na montagem dessa rede, principalmente na relação de quantidade de refugiados e quantidade de Operadores de Fontes Humanas.

Na Operação Acolhida, todos os refugiados venezuelanos passavam por uma triagem, com o objetivo de identificar potenciais colaboradores entre eles. Os Operadores de Fontes Humanas possuem a capacidade de realizar essa triagem, porém, no caso em destaque, foram utilizados militares orgânicos da 1ª Bda Inf SI, que trabalhavam nas 2ª seções de Organizações Militares e que estavam cadastrados no SIEEx, que após uma breve qualificação, foram colocados para realizar a triagem do grande número de refugiados que adentravam pela fronteira brasileira.

Apesar da triagem dos refugiados não ter sido realizada por pessoal especializado, o emprego de Operadores de Fontes Humanas aumentaria a efetividade da criação da rede de colaboradores/informantes. Esse fato não comprometeu a operação, mas poderia ter potencializado a seleção deles, melhorando a obtenção de informações para subsidiar o processo decisório.

Outro fator que cabe destaque é a relação proporcional do grande efetivo de refugiados que cruzava a fronteira Venezuela-Brasil e do número de crimes transfronteiriços na região. Apesar de ser uma situação já esperada, o emprego da rede de colaboradores e informantes da Operação Acolhida forneceu informação que foram empregadas na Operação Controle, operação que visava aumentar a segurança e a fiscalização na região de faixa de fronteira roraimense. As informações obtidas pelos Operadores de Fontes Humanas ajudaram diretamente no combate à crimes como descaminho, contrabando, tráfico de drogas, dentre outros.

Ainda como fruto da rede de colaboradores e informantes foram identificados refugiados venezuelanos sendo aliciados pelo crime organizado local, devido a situação de vulnerabilidade que se encontravam, sendo possível colaborar com os órgãos de segurança pública não só identificando os refugiados que estavam praticando ilícitos em solo brasileiro, como criminosos locais que inseriam esses refugiados na vida do crime.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Com a finalidade de verificar a aplicabilidade dos métodos de emprego das Fontes Humanas da Inteligência Militar Terrestre, para atender as Necessidades de Inteligência de uma Operação de Corredor Humanitário, foi realizado durante a pesquisa o estudo do emprego das Fontes Humanas na Operação Acolhida.

Conforme já abordado no presente trabalho, as Operações de Corredor Humanitário, possuem características peculiares e a busca por informações para subsidiar o processo decisório tem impacto fundamental para o sucesso da operação. Cabe ressaltar que, pela falta de experiência em operações reais dessa natureza por parte do Exército Brasileiro, a presente pesquisa baseou-se em sua totalidade em pesquisas bibliográficas, enfatizando a experiência brasileira na Operação Acolhida.

Das características dos corredores humanitários identificadas no capítulo 3, aliada ao emprego da Função de Combate Inteligência, no caso dos Operadores de Fontes Humanas, tratado no mesmo capítulo, conclui-se que existe aplicabilidade no emprego das Fontes Humanas em Operações de Corredores Humanitários, visando um ciclo de produção do conhecimento mais eficiente para apoiar o processo decisório da operação.

Ao analisar-se os procedimentos empregados pelo Exército Brasileiro, na Operação Acolhida, que mesmo não sendo uma Operação de Corredor Humanitário, possui características semelhantes, principalmente em relação a grande quantidade de refugiados, que assim como na Operação Acolhida foram empregados como fonte de informação em uma Operação de Corredor Humanitário não seria diferente. Entretanto, conforme já exposto anteriormente, o emprego dos Operadores de Fontes Humanas será limitado em uma Operação de Corredor Humanitário, principalmente devido a sua característica de zona desmilitarizada.

Por fim, de forma a aumentar o debate, e objetivando o enriquecimento de insumos doutrinários, sugere-se o acréscimo de informações relacionadas aos outros países sul-americanos que com a crise na Venezuela, também receberam refugiados como o Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Marcos Romeu Caldas. **O Papel do Exército Brasileiro frente a crise humanitária venezuelana e seus reflexos na fronteira brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

BATISTA, Fabrício Martins. **Ética na guerra: a conduta humanitária em conflitos armados**. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/98509>>.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.102**: Doutrina Militar Terrestre. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

\_\_\_\_\_. **EB20-MF-10.107**: Inteligência Militar Terrestre. 2. ed. Brasília, DF, 2015a.

\_\_\_\_\_. **EB20-MC-10.207**: Inteligência. 1. ed. Brasília, DF, 2015b.

\_\_\_\_\_. **EB20-MC-10.223**: Operações. 5. ed. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. **EB70-MC-10.307**: Planejamento e Emprego da Inteligência Militar. 1. ed. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. **EB70-MC-10.302**: Batalhão de Inteligência Militar. 1. ed. Brasília, DF, 2018a.

\_\_\_\_\_. **EB70-MC-10.341**: Lista de Tarefas Funcionais. 1. ed. Brasília, DF, 2016.

CEPIK, Marco. & KUELE, Giovanna. **Inteligência em Operações de Paz da ONU: Déficit Estratégico, Reformas Institucionais e Desafios Operacionais**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/jKBs4tMrpCB6y6rz8zZRvCb/?lang=pt>>. Acesso em 15 ago 2021.

FERNANDES, David Augusto - **Organização Das Nações Unidas**: Corredores Humanitários e a Dignidade da Pessoa Humana. Direito & Paz, São Paulo, 2016.

Disponível em <<http://www.google.co.mz/url?url=http://www.revista.unisal.br/>>. Acesso em: 23 jun 2021.

FIAMONCINI, Ricardo Tadeu. **O emprego da Inteligência Militar em apoio às Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a maior operação conjunta-interagências e de natureza humanitária no Brasil. **Revista Doutrina Militar Terrestre**, abr-jun, 2019. Disponível em <Operação acolhida | Doutrina Militar Terrestre em Revista (eb.mil.br)>. Acesso em 17 ago 2021.

MOROZZO DELLA ROCCA, Paolo. Os assim chamados corredores humanitários e o possível papel da sociedade civil nas políticas de refúgio e migração regular. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)** 25, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/jgGRVcQNmpBmyRwpv6v7ShK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 8 jul 2021.

NHANOMBE, Armindo Armando. **A ingerência humanitária no contexto da regulamentação jurídica da guerra**. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2018. Disponível em: <[https://www.run.unl.pt/bitstream/10362/56420/1/Nhanombe\\_2018.pdf](https://www.run.unl.pt/bitstream/10362/56420/1/Nhanombe_2018.pdf)>. Acesso em 7 jul 2021.

OLIVEIRA, Carlos Anselmo de Sá. **A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia. A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela. **Military Review**- Edição Brasileira, artigos exclusivamente on-line de 2018. Nov. 2018. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/journals/edicao-brasileira/artigos-exclusivamente-on-line/artigos-exclusivamente-on-line-de-2018/a-utilizacao-do-componente-militar-brasileiro-frente-a-crise-migratoria/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ONU - **Carta das Nações Unidas (1945)**. Disponível em: <[www.onuportugal.pt](http://www.onuportugal.pt)>. Acesso em: 29 jun 2021.

PINHO, Alessandro Paiva de. **O Exército Brasileiro na Operação Acolhida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Escola de Comando e Estado

Maior do Exército, ECEME, Rio de Janeiro, 2019.

PORTELA, Irene & VIEIRA, Domingos. Do “Dever de Assistir” ao Reconhecimento da “Assistência Responsável”. **Revista Dat@venia**. Paraíba, 2016. Disponível em <<http://revista.uepb.edu.br/pdf>>. Acesso em: 30 jun 2021.

RIBEIRO, Raissa Pacheco Da Rocha. **Intervenção Humanitária e a Doutrina da Responsabilidade De Proteger**. Universidade de Coimbra, 2015. Disponível em <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/pdf>>. Acesso em: 7 jul 2021.

RUIC, Gabriela. 5 pontos para entender a crise na Venezuela. **Exame**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/5-pontos-para-entender-a-crise-na-venezuela/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SCHWINN, Simone Andrea; PORTELA, Êmily de Amarante. **O Brasil e a imigração venezuelana: a (des)organização da política migratória brasileira**. Rio Grande, 2018. Disponível em: <<https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/203.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2021.

VAUTHIER BORGES DE MACEDO, Emílio. A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa. **Revista Quaestio Iuris**, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/viewFile/11617/9101>>. Acesso em 7 jul 2021.

## **APÊNDICE A – Entrevista com o Cap ÂNGELO EDUARDO ALEM FILHO**

### **1) Como foi realizado o emprego das Fontes Humanas quando se iniciou a Operação Acolhida?**

No início da operação, foram utilizados apenas elementos orgânicos da 1ª Bda Inf SI, portanto não havia um efetivo muito grande. O grande deslocamento de refugiados da Venezuela gerava grande preocupação, sendo assim, a necessidade de conhecer o efetivo de refugiados que estava a caminho da fronteira era constante. Foram feitos reconhecimentos em áreas que poderiam ser utilizadas como abrigos, o que basicamente justificava a busca pela quantificação dos refugiados. Havia também, a necessidade de saber como estava a situação no interior da Venezuela a fim da Op Acolhida estar em condições de dar apoio aos refugiados. Normalmente, os venezuelanos tinham que pagar propina para prosseguirem até a fronteira. Muitas vezes isso fazia acumular pessoas, e as vezes, elas vinham tudo de uma vez. Se essa quantidade fosse muito grande chegando na fronteira ao mesmo, atrapalhava os trabalhos na Op Acolhida, devido ao efetivo de militares. Por isso, tínhamos que manter esse monitoramento.

### **2) Como foi realizado esse monitoramento da situação dos refugiados que migravam em direção a nossa fronteira?**

Como no início da operação estávamos com os operadores de fontes humanas orgânicos, o efetivo era pequeno. Dessa forma, visando aumentar a capacidade de busca da equipe foi necessário estabelecer uma rede de colaboradores capazes de prover informações atualizadas da situação na Venezuela e sobre os refugiados que migravam em direção ao Brasil. Basicamente, essa foi a forma que as fontes humanas realizaram esse monitoramento.

**3) Como foi realizado o recrutamento dos colaboradores para a formação dessa rede?**

Como a quantidade de refugiados era muito grande foi necessário realizar uma triagem com todos os refugiados para identificar os potenciais colaboradores. Devido ao nosso pequeno efetivo de operadores de fontes humanas, a triagem era realizada por militares orgânicos da 1ª Bda Inf SI, que já trabalharam em 2ª Seção das Organizações Militares da Brigada e estavam cadastrados no SIEx. Se a fonte humana tivesse potencial de colaborar, era realizada uma segunda entrevista com os operadores de fontes humanas, o qual já tinham as informações iniciais e procuravam aprofundar as informações. Se fosse verificado que aquela fonte humana tinha capacidade para colaborar com a operação, ela passava a situação de colaborador/informante. Quando essa fonte era interiorizada pelo país, outros operadores assumiam o controle do colaborador/informante.

**4) O Sr acredita que se a realização da triagem dos refugiados fosse realizada por pessoal especializado a seleção dos colaboradores e informantes teria sido melhor?**

Sim, teria sido melhor, mas como disse anteriormente devido ao pequeno efetivo de Operadores de Fontes Humanas não foi possível empregá-los nessa fase.

**5) Quais outras necessidades de inteligência eram de fundamental conhecimento durante a operação?**

Outras necessidades de inteligência importantes eram os militares desertores do Exército Venezuelano, o aumento no número de crimes transfronteiriços, refugiados sendo aliciados pelo crime organizado e na identificação de refugiados indígenas e não-indígenas.

**6) Qual foi o procedimento com os militares desertores?**

Mesmo procedimento de qualquer refugiado, era realizado uma triagem e se fosse classificado como um potencial colaborador era realizada uma entrevista para

verificar a possibilidade de se tornar um colaborador/informante dos nossos operadores de fontes humanas.

**7) Em relação aos crimes transfronteiriços, foram empregados operadores de fontes humanas em seu monitoramento?**

Sim, mas não no âmbito da Operação Acolhida. Paralelamente, acontecia a Operação Controle, que buscava aumentar a segurança e a fiscalização na fronteira de Roraima. Com o grande número de refugiados cruzando a fronteira era natural que o número de ilícitos aumentasse, mas basicamente nossos operadores de fontes humanas repassavam as informações para as agências de segurança pública ou para tropas que estavam participando ostensivamente da operação.

**8) De acordo com o Manual de Campanha do Batalhão de Inteligência Militar, o Pelotão de Operação de Inteligência possui determinadas capacidades que foram empregadas durante a Operação Acolhida, pela 1ª Bda Inf SI. O Sr acredita que as capacidades do Pelotão de Operação de Inteligência estariam de acordo em caso de participação em uma Operação de Corredor Humanitário?**

Sim. A Operação Acolhida assim como qualquer corredor humanitário tem como principal objetivo a ajuda humanitária. Sabendo que cada operação possui sua peculiaridade, ainda assim, é possível afirmar que em operação de ajuda humanitária as necessidades de inteligência estarão de acordo com quem se deve proteger na operação e quem são as ameaças a esses civis protegidos. Destacando como principais capacidades nesse tipo de operação, a coordenação com outros órgãos de inteligência, a realização de triagem e entrevista com refugiados, que irá colaborar diretamente na montagem da rede de colaboradores/informantes e a capacidade de vigiar área ou pessoal dentro da área de operações, nesse caso um pouco mais específico mas que naturalmente acaba sendo necessário.